

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

REQUERIMENTO N.º , DE 2011

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a realização de audiência pública com as autoridades a seguir nomeadas para analisar e debater as razões, efeitos e conseqüências da perda de competitividade no comércio internacional dos produtos industriais brasileiros e reprimarização da pauta de exportações brasileiras.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, após ser ouvido o plenário desta Comissão, a realização de **audiência pública** com o propósito de analisar as razões, efeitos e conseqüências da perda da competitividade no comércio internacional dos produtos industriais brasileiros e o risco da reprimarização de nossa pauta de exportações, tema que se insere na competência desta Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

Com esse fito, proponho a audiência das seguintes autoridades com responsabilidades setoriais pertinentes ao objeto deste Requerimento:

- 1) O Exmo. Sr. Ministro da Indústria, do Desenvolvimento e do Comércio Exterior – MIDC, Dr. Fernando Pimentel;
- 2) O Ilmo. Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Dr. Luciano Coutinho.

JUSTIFICATIVA

Em 2010 um documento interno produzido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) revelou que a indústria brasileira estaria perdendo espaço na economia do país, tendo merecido ampla divulgação. Concomitantemente autoridades governamentais manifestaram-se no sentido de que se tratava apenas de prognósticos e análises para debate entre os técnicos daquele Ministério, não representando posição oficial do governo então. Sob o título “Desindustrialização, reprimarização e contas externas”, o estudo feito pelos técnicos do MDIC apontava que a fatia da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) caíra de 30,1% em 2004 para 25,4% em 2009. O argumento era que a indústria doméstica deixara de avançar em relação a outros segmentos da economia nacional. Constava-se, ainda que a participação dos manufaturados nas exportações recuava desde 2007.

Ao contrário das importações, que avançam rapidamente e têm representado substituição de produtos até então produzidos internamente, as exportações de manufaturados crescem, de forma geral, em um ritmo mais lento que a economia. A participação das importações na produção doméstica aumentava de 11,3%, em 2003,

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

para 19,6%, no primeiro trimestre deste mesmo ano. Seguindo o discurso normalmente adotado pelo governo, de que o aumento das importações é benéfico para o país, os técnicos que elaboraram o texto em 2010 afirmaram que a aquisição de máquinas mais avançadas no exterior trazia benefícios para a indústria, mas boa parte das importações foi incentivada pelo preço mais baixo.

Em uma breve consulta às páginas eletrônicas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC constatamos que o superavit obtido pelo Brasil na balança comercial entre China e Brasil, em 2010, de US\$ 5,2 bilhões, ligeiramente superior ao superavit de US\$ 5,1 bilhões no ano anterior, deu-se principalmente em função do grande aumento do preço do minério de ferro. Em termos de volume, as exportações do Brasil para a China diminuíram entre 2009 e 2010 – e em 2007 e 2008 o superavit foi a favor da China (US\$ 1,9 bilhões em 2007 e US\$ 3,5 bilhões em 2008).

Atualmente a China se coloca como o maior parceiro comercial do Brasil e, portanto, adquire importância e peso significativo nas relações comerciais externas, entretanto o comércio bilateral apresenta a característica de o Brasil exportar matérias-primas com baixo valor agregado - mais de 75% das exportações do Brasil para a China são de apenas três *commodities* – minério de ferro, soja e petróleo bruto – , e importar manufaturados - 98% das importações brasileiras da China são de produtos manufaturados de alto padrão como os três principais: televisões, telas LCD e telefones.

Os dados do MIDC ao longo do tempo demonstram também como a qualidade das exportações veio deteriorando-se desde 2003 em termos do valor agregado das mercadorias comercializadas. Naquele ano, matérias primas e produtos industrializados tinham praticamente o mesmo peso. Na pauta de 2010 esta relação mudou na proporção de cinco para um, o que reflete um crescimento no valor das exportações de matérias primas da ordem de onze vezes, enquanto que o valor das exportações de manufaturados cresceu pouco mais de duas vezes.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

Por outro lado, temos que o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, vem alertando para a queda da participação das exportações no faturamento do setor, de 34% em 2005 para 23% neste ano, de janeiro a abril. As importações setoriais também superam as exportações desde 2004 e o déficit da balança comercial já acumula US\$ 50,3 bilhões.

Segundo Luiz Aubert, “O Brasil é que não é competitivo”, mencionando a política cambial que mantém o real valorizado, a alta taxa de juros, o chamado custo Brasil e a elevada carga tributária no país. Com grande participação no parque industrial brasileiro, a produção das indústrias de máquinas e equipamentos diminuiu 5,4% em abril, depois de quatro meses de crescimento, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O cenário atual de moeda nacional valorizada, combinada com taxas de juros elevadas, faz avançar a reprimarização da pauta exportadora e a produção interna de manufaturas com alto conteúdo importado, o que acaba por ocasionar a substituição da indústria local por processos de mera montagem de produtos ou *assemblage*. Com taxa de investimento inferior a 20% do produto, prevalece a contenção da inovação tecnológica, geralmente suprida pelas compras externas. Os esforços em educação não privilegiam a capacidade de desenvolvimento tecnológico, ainda que doutores e mestres sigam mais ativos na docência do que na pesquisa aplicada ao sistema produtivo.

No entanto, ainda há quem negue o processo de desindustrialização no Brasil. Argumenta-se que, desde 1970, o País teria passado por uma industrialização acima da média dos países em desenvolvimento e que, agora, vem se restabelecendo o padrão observado na economia internacional.

“Por outro lado, no período mais recente, e, especialmente, na saída da turbulência global, há sinais novos de possível perda de competitividade industrial”, diz o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas em carta intitulada *A desindustrialização brasileira em debate*. O artigo procura angariar

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

subsídios para argumentar por que o segundo setor da economia brasileira estaria enfrentando um momento de desindustrialização para o qual muitos economistas frequentemente vêm chamando a atenção em suas análises. Os principais motivos geradores dessa desconfiança, segundo o IBRE, estão na valorização do real, crise financeira mundial e o que chama de “efeito China”, em referência à aposta do País asiático nos países emergentes e ao específico caso da concorrência, por vezes desleal, de seus produtos manufaturados com os nossos.

“À luz da experiência internacional, até 2008, o processo de desindustrialização no Brasil está ocorrendo dentro do padrão”, comenta a carta. Mesmo assim, o artigo destaca preocupação em torno da valorização cambial e dos recentes e contínuos déficits em conta corrente pelo Brasil como preocupantes pontos de interrogação: “Assim, se até 2008 não havia evidência de desindustrialização no Brasil, será que a valorização adicional da moeda nos dois últimos anos, associada ao “efeito China”, pode ter sido a gota d’água para deslanchar aquele processo indesejável?”

Efetivamente, a participação dos produtos industrializados importados no mercado brasileiro está aumentando e nosso volume de exportações caindo. Hoje, excluindo-se veículos, ele é 25% menor do que há três anos. Além disso, nos últimos oito anos, o varejo cresceu mais do que a indústria em todos os anos. Entretanto, as razões dessa disparidade de desempenho são muito mais complexas e profundas do que a simples queda do dólar. O volume de exportações brasileiras para os EUA, nosso principal destino externo para manufaturados, foi no ano retrasado 36% inferior ao período anterior à crise iniciada em 2008. É possível que o fenômeno seja atribuível à retração da economia norte-americana. Nossas exportações para Japão e Europa também ainda não retornaram aos patamares pré-crise. Reflexo de uma brutal contração de consumo por lá e forte expansão por aqui, levando nossa indústria e a deles a redirecionar produtos para o mercado brasileiro. Enquanto isso, nossas exportações para a China – o país que mais cresce no mundo e principal importador de nossas matérias-primas – aumentaram 77% apenas em quantidade desde a crise, sem falar no ganho de preço. Em resumo, menores exportações de industrializados

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

para países ricos e maiores importações de lá não refletiriam nossa fragilidade, mas a deles.

Porém, nos últimos anos, o crescimento de nossas exportações tem o efeito de disseminação do progresso técnico muito mais restrito, como no caso da agricultura, da pecuária, e mais ainda na mineração, do que seria no setor industrial caso as exportações de manufaturados tivessem crescido ou mantido a participação que já tiveram na balança comercial brasileira. E isso decorre dos efeitos de encadeamento e da forma de assimilação do progresso técnico nos setores primários.

Por exemplo, o que ocorre em um segmento da química fina, que é fruto de tecnologia desenvolvida fora do país, como sejam os insumos modernos da agricultura, fertilizantes mais modernos, mais eficientes, mais produtivos, ou sementes mais eficientes, matrizes genéticas mais eficientes, tudo muito mais ligado à agricultura e pecuária do que ao setor econômico industrial, e altamente dependente de oligopólios internacionais.

Os efeitos são setorialmente mais contidos do que o avanço tecnológico quando ocorra no setor industrial que permeia tudo, espraiando-se em segmentos do setor de serviços, a exigir melhor educação da força de trabalho, melhores serviços de engenharia, equipamentos urbanos tecnologicamente mais avançados, melhor treinamento e capacitação da mão de obra empregada. Essa agricultura de exportação, pelo contrário, desemprega, por ser acentuadamente mecanizada; até pode induzir progresso no setor de máquinas agrícolas, mas não no restante da indústria. E a mão de obra deslocada daí não encontra condições de absorção em outros setores da economia.

A mineração é muito pior, os efeitos de encadeamento para trás são mínimos, porque é um buraco na terra, e para frente só existe se montar uma metalúrgica importante. E sabe-se que hoje em dia há um excesso de oferta de produtos siderúrgicos. Sem montar nada tudo é exportado e, portanto, não há nenhum efeito além da criação de divisas de exportação. Petróleo é um exemplo maior disso quando não se tem uma petroquímica.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

Já quando se observa a estratégia de desenvolvimento econômico e industrial chinesa, percebe-se seu foco em sete áreas: fontes energéticas alternativas, biotecnologia, tecnologia da informação de nova geração, equipamentos industriais de alta tecnologia, materiais avançados, carros movidos a combustíveis alternativos, tecnologias não agressivas ao ambiente e poupadoras de energia. O governo chinês deve investir até US\$ 300 bilhões por ano nestas áreas, para elevar a contribuição delas ao PIB chinês dos atuais 2% para 8% em 2015 e 15% até 2020. Em 2011 a China deve assumir o segundo lugar mundial em gastos com Pesquisa & Desenvolvimento, ultrapassando o Japão.

A China vai se tornar um dos líderes mundiais em inúmeros setores de alta tecnologia, apoiados no tripé: 1) estratégia bem focada em setores tecnológicos de futuro; 2) massivos investimentos em P&D; 3) política de inovação autóctone (criada em 2006), que usa o poder de compra do Estado para viabilizar os produtos e serviços e criar as empresas líderes que vão competir no mercado mundial. Enquanto isso, o BNDES financia a FRIBOI.

Não obstante, a competitividade internacional do Brasil se esvai quando comparada também com a capacidade de inovação que alguns BRICs estão demonstrando. Veja-se, por exemplo, alguns indicadores desses países:

a) nos últimos cinco anos, a Índia obteve anualmente cerca de 3,5 vezes mais patentes que nós, enquanto que a Rússia se mantém em 0,75 vezes.

b) a China patenteava 6,5 vezes mais que o Brasil em 2006 e, desde então vem crescendo, chegando em 2010 a mais de 20 vezes que o total brasileiro. Precisamos entender este acelerado movimento pró-inovação na China, como isto vai se traduzir em novas tecnologias, novos produtos, novas empresas.

Outros aspectos peculiares ao Brasil se somam, ainda, para a composição do famigerado “custo Brasil”. O preço da tarifa cobrada pela energia elétrica sofreu um aumento real (acima da inflação do período) de pelo menos 100%. A ABRACE, entidade setorial, critica o conjunto de encargos que recai sobre o setor: “A maioria desses encargos não está relacionada diretamente à atividade energética”, diz porta-

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

voz da entidade, Fernando Úmbria. Como exemplo disto o imposto CCC (Conta de Consumo de Combustível), criado para cobrir a diferença de custo da geração de energia na região Norte, que depende da energia termelétrica, mais cara que a energia hidrelétrica. A ABRACE calcula que somente a incidência de impostos como o RGR (Reserva Global de Reversão) pode representar o pagamento de R\$ 3 bilhões pelos consumidores residenciais e industriais.

De acordo com Fernando Úmbria, "tem indústria de alumínio se instalando no Paraguai para usar a energia gerada pela hidrelétrica de Itaipu, por exemplo", revela. É o caso, segundo este representante setorial, da Novelis, que fechou a fábrica de alumínio na Bahia e se mudou para aquele país. Nesse setor, a energia elétrica representa cerca de 40% dos custos de produção do metal. Na área da celulose, "há caso de fábrica migrando para o Uruguai para se beneficiar dos baixos impostos praticados por lá".

Com estes dados, aparentemente, assistimos o início, no Brasil, de uma longa marcha de regresso ao passado primário-exportador dos tempos pré-Volta Redonda.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 2011.

Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal
PSDB/SP